



F.N.L.A

## GABINETE DO PRESIDENTE

**DECLARAÇÃO POLÍTICA DA REPRESENTAÇÃO  
DA FNLA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, POR  
OCASIÃO DA 5ª: REUNIÃO PLENÁRIA  
ORDINÁRIA DA 2ª.SESSÃO LEGISLATIVA DA IV  
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA NACIONAL,  
PROFERIDA PELO DEPUTADO LUCAS BENGHY  
NGONDA, AOS 19 DE MARÇO DE 2019.**

Excelências,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhora 1ª. Vice Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Secretário de Mesa da Assembleia Nacional

Senhores Deputados

Ilustres Representantes do Titular do Poder Executivo

Distintos Convidados

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Angola, nosso país, encontra-se na fase de construção e da consolidação de uma democracia ainda incipiente. Esta democracia não é senão o conjunto de instituições capazes de responder os profundos anseios do povo Angolano no exercício das liberdades fundamentais consagradas pela Constituição. A Democracia para ser

funcional tem de passar pelo arsenal de instituições respeitáveis, servidas por cidadãos exemplares, capazes de impulsionar a sociedade no bom sentido. Entre as instituições que fazem parte do arsenal das instituições democráticas de um país livre e soberano são os órgãos da Comunicação Social.

Em Angola, os órgãos da Comunicação Social Públicos têm ainda grandes dificuldades de se desembaraçarem dos vícios herdados do sistema de governação do partido único, onde esses órgãos ao invés de exercerem a sua função nobre de informar, educar e responsabilizar, eram instrumentos de execução de políticas concebidas para servir uma determinada classe de pessoas no topo da hierarquia dirigente.

Todo este palavreado, Ilustres Deputados, veio-me a propósito da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana(ERCA). O Conselho Nacional de Comunicação Social saído das instituições do Governo de Reconciliação Nacional para jogar o papel de Alta autoridade da Comunicação Social. Passaram-se anos. Este Conselho não fugiu a regra, foi mais uma estrutura do próprio poder instituído e a comunicação social estatal continuou servir de instrumento de propaganda do partido da situação em detrimento de todas as forças políticas e da comunidade nacional. A ideia da criação de uma alta autoridade da comunicação social sugeria o objectivo de acabar com uma comunicação social excessivamente influenciada pelo partido do poder,



distorcendo assim o bom funcionamento das instituições democráticas. Sem órgãos de imprensa que possam verdadeiramente servir o interesse nacional teremos sempre uma comunicação que estará longe de servir o interesse nacional e a democracia.

Apesar de todos os debates que esta casa já promoveu no sentido de melhorar a comunicação social, a imprensa estatal continua a jogar o seu papel de destabilização e de votar ao silêncio as actividades de partidos políticos. A falta de motivação de servir o interesse nacional e a consolidação de democracia fez com a instituição criada com o nome de Entidade Reguladora da Comunicação Social, traga a esta Assembleia um Relatório vazio e que logo no primeiro ano da sua actuação só nos traz processos disciplinares sobre o comportamento dos seus próprios dignatários.

Por outro lado, será votada neste plenário a Lei de Alteração das Parcerias Publico-Privadas. Esta Lei, também, não sabemos se trata de um coelho ou de uma lebre escondido num saco preto. Não se sabe ainda a quem servirá esta parceria-público-privada. Será que ela vai legitimar e reforçar o tal “Grupo Privado Restrito” que já controla uma parte da riqueza de Angola ? Temos o direito de levantar questões, perante as denúncias incessantes que vêm dos paços de República.

Muito Obrigado